

Francisco Sá Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Francisco Solar Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Francisco Solar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Francisca Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



William Morton Ricardo
Contador CRC 1SP239058/O-1

Francisco Sá Holding S.A.

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa	5	3.204	5.889	15.441	13.196
Clientes a receber	6	-	-	5.154	4.108
Impostos a recuperar		4	3	210	91
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	159
Despesas antecipadas		-	-	1.145	412
Dividendos	20	-	1.828	-	-
Total do ativo circulante		3.208	7.720	21.950	17.966
Cauções e depósitos vinculados	7	-	-	7.386	8.097
Empréstimo a receber	8	4.719	-	4.719	-
Total realizável a longo prazo		4.719	-	12.105	8.097
Investimentos	9	158.942	180.292	-	-
Imobilizado	10	-	-	429.873	439.663
Intangível	10	-	-	317	84
Direito de uso	11	-	-	12.020	13.482
Total do ativo não circulante		163.661	180.292	454.315	461.326
Total do ativo		166.869	188.012	476.265	479.292

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	12	3	20	4.031	1.776
Financiamentos	13	-	-	6.573	20.079
Imposto de renda e contribuição social a recolher		47	-	478	-
Obrigações tributárias		-	-	646	652
Arrendamento	11.c	-	-	82	81
Ressarcimento	14	-	-	1.764	-
Dividendos a pagar	17	4.746	4.746	4.746	4.746
Outros passivos circulantes		-	-	54	-
Total do passivo circulante		4.796	4.766	18.374	27.334
Financiamentos	13	-	-	278.740	250.965
Arrendamento	11.c	-	-	12.133	13.178
Partes relacionadas	15	-	26	3	-
Provisão para desmobilização	16	-	-	4.942	4.595
Total do passivo não circulante		-	26	295.818	268.738
Patrimônio líquido	18				
Capital social		170.395	170.395	170.395	170.395
Reserva de lucros		-	12.825	-	12.825
Prejuízos acumulados		(8.322)	-	(8.322)	-
Total do patrimônio líquido		162.073	183.220	162.073	183.220
Total do passivo e patrimônio líquido		166.869	188.012	476.265	479.292

Francisco Sá Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	19	-	-	34.210	40.718
Custos de Operação	20	-	-	(28.769)	(17.708)
Lucro Bruto		-	-	5.441	23.010
Despesas gerais e administrativas	20	(42)	(65)	(2.266)	(578)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(21.350)	18.733	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(21.392)	18.668	3.175	22.432
Receitas financeiras	21	293	-	2.023	1.057
Despesas financeiras	21	(1)	318	(24.078)	(3.509)
Resultado financeiro líquido		292	318	(22.055)	(2.452)
Resultado antes dos impostos		(21.100)	18.986	(18.880)	19.980
Imposto de renda e contribuição social	22	(47)	-	(2.267)	(994)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(21.147)	18.986	(21.147)	18.986

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Francisco Sá Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(21.147)	18.986	(21.147)	18.986
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(21.147)	18.986	(21.147)	18.986

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Francisco Sá Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado						
Nota	Capital social		Reserva de Lucros		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito e integralizado	A integralizar	Reserva legal	Lucros a disposição da AGO		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.916	-	-	-	(245)	66.671
Integralização de capital	88.479	-	-	-	-	88.479
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	330	-	-	-	330
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.170)	(1.170)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	155.395	330	-	-	(1.415)	154.310
Integralização de capital	15.000	(330)	-	-	-	14.670
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.986	18.986
Constituição de reserva legal	-	-	879	-	(879)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	11.946	(11.946)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.173)	(4.173)
Dividendos adicionais constituídos	-	-	-	-	(573)	(573)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	170.395	-	879	11.946	-	183.220
(Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(21.147)	(21.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	170.395	-	879	11.946	(21.147)	162.073

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Francisco Sá Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos	(21.100)	18.986	(18.880)	19.980
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação	10	-	14.656	10.686
Juros sobre arrendamento	11	-	1.264	1.231
Juros de financiamentos	13	-	19.147	2.474
Ajuste a valor presente da provisão de desmobilização	16	-	347	83
Amortização do direito de uso	11	-	427	415
Provisão de fornecedores	12	-	1.986	-
Atualização monetária de empréstimo a receber	8	(119)	(119)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	21.350	(18.733)	-
		131	253	18.828
				34.869
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	6	-	(1.046)	(4.108)
Adiantamento a fornecedores		-	159	19.629
Impostos a recuperar		(1)	(119)	(82)
Despesas Antecipadas		-	(733)	138
Fornecedores	12	(17)	68	(31.717)
Ressarcimento	14	-	1.764	-
Obrigações tributárias		-	(6)	(617)
Outros passivos circulantes		-	54	-
		113	249	18.969
				18.112
Caixa proveniente das atividades operacionais				
Pagamento de juros s/ financiamentos	13	-	(708)	(203)
Pagamento de IR e CS	22	-	(1.789)	(994)
		113	249	16.472
				16.915
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	9	-	(11.960)	-
Aquisição ao ativo imobilizado e intangível	10	-	(4.898)	(44.201)
		-	(11.960)	(44.201)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de financiamentos	13	-	(4.170)	(1.782)
Captação de financiamentos	13	-	-	30.415
Pagamento de arrendamento	10	-	(1.273)	(1.380)
Aumento de capital	18	-	14.670	14.670
Dividendos	17	1.828	2.856	-
Partes relacionadas	15	(26)	70	3
Cauções e depósitos vinculados	7	-	711	(1.688)
Empréstimos a receber	8	(4.600)	(4.600)	-
		(2.798)	17.596	(9.329)
				28.705
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento				
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa				
		(2.685)	5.885	2.245
				1.419
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	5.889	4	13.196
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	3.204	5.889	15.441
		(2.685)	5.885	2.245
				1.419

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Francisco Sá Solar Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 15.12.1976 e constituída no Brasil em 22 de janeiro de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 31 de janeiro de 2019, e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos de Energia Solar. A Companhia é controlada pela acionista Nebras Brazil Investment 1 Ltda:

Canadian Solar Inc, - 6,80%

Canadian Solar UK Projects Ltda – 6,60%

Canadian Solar Netherlands Cooperatief U.A. – 6,60%

Nebras Brazil Investment 1 Ltda - 80%

A companhia possui 3 (três) controladas diretas descritas a seguir. Essas companhias têm como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

Relação de entidades controladas

	Participação acionária	
	2023	2022
Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%

Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para exploração de energia solar:

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Francisco de Sá 1	Portaria 359	22/08/2018	35 anos	33
Francisco de Sá 2	Portaria 357	22/08/2018	35 anos	33
Francisco de Sá 3	Portaria 361	22/08/2018	35 anos	33

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas possuem os seguintes contratos de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data prevista de início	Mês de reajuste
Francisco I	LEN A-4 001/2018	9,1	R\$ 117,91	IPCA	20 anos	01/01/2023	janeiro
Francisco II	LEN A-4 001/2018	9,1	R\$ 118,35	IPCA	20 anos	01/01/2023	janeiro
Francisco III	LEN A-4 001/2018	9,1	R\$ 118,35	IPCA	20 anos	01/01/2023	janeiro

Os Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrados foram efetuados no ambiente regulado de energia – ACR por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

As informações adicionais sobre os contratos vigentes em 2023, do ACL, estão na nota explicativa nº 3.j.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 02 de Abril de 2024.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de consolidação

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Sociedade inclui em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Sociedade em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Sociedade como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 23, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 10 - Imobilizado: principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado

Nota explicativa 11 - Direito de uso e arrendamento: principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.

Nota explicativa 14 – Ressarcimento: principais premissas utilizadas sobre os desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcidos ao comprador -no primeiro faturamento do ano seguinte da competência.

Nota explicativa 16 - Provisão para desmobilização: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. Continuidade operacional

O Capital circulante líquido negativo da Controladora em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.588 (R\$ 2.954 positivo em 2022), decorrente principalmente, da rubrica de dividendos a pagar, conforme nota explicativa nº 17. A companhia apresentou no exercício de 2023 um prejuízo no montante líquido de R\$ 21.147 (R\$ 18.986 de lucro líquido em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de cliente é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL) e no ambiente de contratação regulado (ACR). Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição, e são deduzidos da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015, considerando que a vida útil não ultrapassa o período remanescente do período de autorização

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao prazo de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários, com exceção da unidade de geração solar que teve sua vida útil econômica reavaliada.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para descomissionamento

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia e suas controladas, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia e suas controladas obtiveram por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 16. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,40% a.a.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Quebra de cláusulas contratuais;

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas estão registrados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação foram inicialmente capitalizados aos itens do imobilizado correspondente e em despesas financeiras.

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

j. Reconhecimento de Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) A determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelos parques fotovoltaicos e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh), preço contratual e preço de liquidação das diferenças (PLD) médio do ano.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação. Os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de Janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre 115% do preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração

são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de Janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre o preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

k. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

l. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Controladora e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de

início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e bancos	541	5.889	5.969	8.579
Aplicações financeiras de curto prazo	2.663	-	9.472	4.617
	3.204	5.889	15.441	13.196

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média 101% (101% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Clientes a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Suprimento de energia	2.021	4.104
Mercado de curto prazo – CCEE	-	4
Suprimento de energia – Não faturado*	3.133	-
	5.154	4.108

Referem-se ao contrato de venda de energia no mercado regulado, no montante de R\$5.154 em

31 de dezembro de 2023 (R\$4.108 em 2022 ambiente de contratação livre).

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui saldos vencidos (faturados e não faturados), portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido no mês subsequente.

7 Cauções e depósitos vinculados

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Banco do Nordeste do Brasil S/A	7.386	8.097
	<u>7.386</u>	<u>8.097</u>

Os depósitos vinculados no montante de R\$7.386 em 31 de dezembro de 2023 (R\$8.097 em 2022) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data do vencimento final do financiamento como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na Nota Explicativa nº 13.

8 Empréstimo a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Principal	4.600	-	4.600	-
Atualização monetária	119	-	119	-
	<u>4.719</u>	<u>-</u>	<u>4.719</u>	<u>-</u>

Referem-se os valores de empréstimo a receber da Salgueiro Solar Holding, de acordo com o contrato de mutuo que vigorará pelo prazo de 2 anos, vencendo em 15/03/2025, no montante de R\$4.719 em 31 de dezembro de 2023 (R\$0 em 2022), e não terão incidência de encargos.

9 Investimentos

A movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada a seguir:

2023					
Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	(Prejuízo) Líquido

	Participação Acionária						
Controladas							
Francisco Sá 1 Energias Renováveis	100%	12.525	158.635	4.649	99.111	67.400	(7.932)
Francisco Sá 2 Energias Renováveis	100%	2.791	146.138	4.206	99.323	45.400	(6.605)
Francisco Sá 3 Energias Renováveis	100%	3.426	146.023	4.723	98.584	46.142	(6.813)
Total		18.742	450.796	13.578	297.018	158.942	(21.350)

2022							
	Participação Acionária	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Controladas							
Francisco Sá 1 Energias Renováveis	100%	3.598	174.400	8.058	94.608	75.332	5.863
Francisco Sá 2 Energias Renováveis	100%	4.499	149.139	8.088	93.545	52.005	6.925
Francisco Sá 3 Energias Renováveis	100%	3.977	147.486	8.250	90.258	52.955	5.945
Total		12.074	471.025	24.396	278.411	180.292	18.733

	2022		Equivalência Patrimonial	2023	
Investimentos Controladas					
Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.	75.332	(7.932)	67.400		
Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.	52.005	(6.605)	45.400		
Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.	52.955	(6.813)	46.142		
Total	180.292	(21.350)	158.942		

	2021	Adição (i)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	2022
Investimentos Controladas					
Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.	64.511	6.424	5.863	(1.466)	75.332
Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.	43.274	3.537	6.925	(1.731)	52.005
Francisco Sá 3 Energias Renováveis S.A.	46.596	2.000	5.945	(1.486)	52.955
Total	154.281	11.961	18.733	(4.683)	180.292

(i) Integralização de capital nas investidas.

10 Imobilizado e intangível

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

a. Movimentação do imobilizado e intangível

<u>Consolidado</u>	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado em construção		6.455	3.933	-	10.388
Usinas - Imobilizado em Serviço					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,51%	14.196	-	(487)	13.709
Máquinas e Equipamentos	5,00%	401.834	587	(13.543)	388.878
Móveis e Equipamentos	2,08%	9	53	(2)	60
Sistema de Transmissão de Conexão - Imobilizado em Serviço					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	2.333	-	(79)	2.254
Máquinas e Equipamentos	4,94%	10.358	252	(357)	10.253
Móveis e Utensílios	6,25%	2	-	-	2
Total do ativo imobilizado		435.187	4.825	(14.468)	425.544

Sistema de Transmissão de Conexão - Intangível em Serviço					
Softwares	20%	<u>84</u>	<u>274</u>	<u>(42)</u>	<u>316</u>
Total do ativo intangível		<u>84</u>	<u>274</u>	<u>(42)</u>	<u>316</u>
Total do ativo imobilizado e intangível		<u>435.271</u>	<u>5.099</u>	<u>(14.510)</u>	<u>425.860</u>
Descomissionamento (ii)	3,24%	<u>4.476</u>	<u>-</u>	<u>(146)</u>	<u>4.330</u>
Total		<u>439.747</u>	<u>5.099</u>	<u>(14.656)</u>	<u>430.190</u>

<u>Consolidado</u>	<u>Taxa anual de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência de Imobilizado Unitização</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Imobilizado em construção		366.966	78.955	(439.466)	-	6.455
Usinas - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,49%	-	-	14.480	(284)	14.196
Máquinas e Equipamentos	5,39%	-	-	411.942	(10.108)	401.834
Móveis e Equipamentos	2,08%	-	-	9	-	9
Sistema de Transmissão de Conexão - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,40%	-	-	2.379	(46)	2.333
Máquinas e Equipamentos	4,22%	-	-	10.558	(200)	10.358
Móveis e Utensílios	6,25%	-	-	2	-	2
Total do ativo imobilizado		<u>366.966</u>	<u>78.955</u>	<u>(96)</u>	<u>(10.638)</u>	<u>435.187</u>
Sistema de Transmissão de Conexão - Intangível em Serviço						
Softwares	20%	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>96</u>	<u>(12)</u>	<u>84</u>
Total do ativo intangível		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>96</u>	<u>(12)</u>	<u>84</u>
Total do ativo imobilizado e intangível		<u>366.966</u>	<u>78.955</u>	<u>-</u>	<u>(10.650)</u>	<u>435.271</u>
Descomissionamento	3,24%	<u>-</u>	<u>4.513</u>	<u>-</u>	<u>(37)</u>	<u>4.476</u>
Total		<u>366.966</u>	<u>83.468</u>	<u>-</u>	<u>(10.687)</u>	<u>439.747</u>

(i) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção entre SPEs do mesmo complexo. (nota15).

- (ii) A provisão para descomissionamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB, com uma taxa de desconto de 7,4% e 3,24% de taxa de depreciação.

Em janeiro de 2023 a unidade de geração solar da companhia teve a sua vida útil econômica reavaliada de 25 anos para 30 anos, tendo sido os seus impactos contábeis contabilizados de forma prospectiva com base no valor residual remanescente.

O valor de adição de imobilizado que não afeta o caixa está informado na nota nº 24.

b. Composição do imobilizado e intangível

	Taxa anual de depreciação	2023		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	10.388	-	10.388
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,42%	16.859	(896)	15.963
Máquinas e Equipamentos	4,97%	423.339	(24.208)	399.131
Móveis e Utensílios	4,17%	64	(2)	62
Softwares	20,00%	370	(54)	316
Descomissionamento	3,24%	4.513	(183)	4.330
Total		455.533	(25.343)	430.190
		2022		
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	6.455	-	6.455
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,44%	16.859	(330)	16.529
Máquinas e Equipamentos	4,80%	422.500	(10.308)	412.192
Móveis e Utensílios	4,17%	11	-	11
Softwares	20,00%	96	(12)	84
Descomissionamento	3,24%	4.513	(37)	4.476
Total		450.434	(10.687)	439.747

11 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2), sendo o principal ativo reconhecido refere-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia. Veja abaixo:

a. Composição do ativo de direito de uso

Consolidado	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,09%	13.305	(1.285)	12.020
		13.305	(1.285)	12.020
Total direito de uso		<u>13.305</u>	<u>(1.285)</u>	<u>12.020</u>

Consolidado	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,09%	14.338	(856)	13.482
		14.338	(856)	13.482
Total direito de uso		<u>14.338</u>	<u>(856)</u>	<u>13.482</u>

b. Movimentação do ativo de direito de uso

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2022	Baixa	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	13.482	(1.035)	(427)	12.020
Total do ativo	<u>13.482</u>	<u>(1.035)</u>	<u>(427)</u>	<u>12.020</u>

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, segue demonstrada abaixo:

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2022	Baixa	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2023
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	41.201	(3.011)	(1.273)		36.917
(-) Ajuste a valor presente	(27.942)	1.976		1.264	(24.702)
Total	<u>13.259</u>	<u>(1.035)</u>	<u>(1.273)</u>	<u>1.264</u>	<u>12.215</u>
Circulante	81				82
Não circulante	13.178				12.133

Total 13.259 12.215

A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a., conforme a nota 3.1, a Remensuração no ano de 2023 foi de (7% a.a. negativo).

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Materiais e serviços	3	20	4.017	1.582
Mercado de curto prazo – CCEE	-	-	14	194
	<u>3</u>	<u>20</u>	<u>4.031</u>	<u>1.776</u>

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica e os serviços e matérias para manutenção dos parques. No consolidado, a provisão de materiais e serviços, em 31 de dezembro de 2023, foi no montante de R\$1.986.

Em 31 de dezembro de 2023 o consolidado da Companhia possui saldos vencidos superior a 90 dias, no montante de R\$ 1.284.

13 Financiamentos

a. Composição dos empréstimos (consolidado):

	31/12/2023				Total	31/12/2022				Total
	Encargos		Principal			Encargos		Principal		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Consolidado										
Moeda nacional										
Banco Nordeste do Brasil S.A.	648	48.325	5.925	230.415	285.313	15.908	14.626	4.171	236.339	271.044
Total de dívidas	<u>648</u>	<u>48.325</u>	<u>5.925</u>	<u>230.415</u>	<u>285.313</u>	<u>15.908</u>	<u>14.626</u>	<u>4.171</u>	<u>236.339</u>	<u>271.044</u>

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de junho de 2042. As parcelas do principal e encargos são pagos mensalmente.

b. Movimentação dos empréstimos (consolidado):

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2022		Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2023	
	Circulante					Circulante	
Empréstimos e financiamentos							
Principal		4.171	(4.170)	-	5.924		5.925

Juros	<u>15.908</u>	<u>(708)</u>	<u>-</u>	<u>(14.552)</u>	<u>648</u>
	<u>20.079</u>	<u>(4.878)</u>	<u>-</u>	<u>(8.628)</u>	<u>6.573</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	236.339	-	-	(5.924)	230.415
Juros	<u>14.626</u>	<u>-</u>	<u>19.147</u>	<u>14.552</u>	<u>48.325</u>
	<u>250.965</u>	<u>-</u>	<u>19.147</u>	<u>8.628</u>	<u>278.740</u>

O montante de R\$ 19.147 de juros provisionados, foi para o resultado.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2025	8.225
2026	8.962
2027	9.644
2028	10.325
2029 a 2042	<u>241.584</u>
Total	<u>278.740</u>

Obrigações Contratuais – Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

Fianças bancárias;

Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;

Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa nº 8);

Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;

Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de empréstimos não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Itaú e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

14 Ressarcimento

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Ressarcimento	1.764	-
	<u>1.764</u>	<u>-</u>

Ressarcimento refere-se aos desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcido ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa nº 19 e reconhecimento de receita.

15 Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas usualmente possuem saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, usualmente liquidados no mês subsequente.

(i) Contas a pagar de partes relacionadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Francisco Sa 1 Energias Renováveis S.A (a)	-	26	-	-
Outros	-	-	3	-
	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>3</u>	<u>-</u>

- (a) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassados s demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

(ii) Remuneração da administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 dos diretores estatutários representados pela Nebras do Brazil é paga pela Nebras Power Latin America Ltda, e os diretores estatutários representando a Canadian Solar são pagos pela Recurrent Energy.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2053.

No ano exercício de 2023, a Companhia e suas controladas estimaram como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 38.422, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de R\$ 7,40% reconheceu o valor presente de R\$ 4.512 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaico (Nota 11).

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Provisão registrada durante o ano	4.512
Ajuste a valor presente	83
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.595
Ajuste a valor presente	347
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.942

17 Dividendos a pagar

(i) Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui saldo de dividendos a receber das controladas:

	2023		
	A receber	Recebidos no exercício	Saldo
Controladas			
Francisco Sá 1 Energias Renováveis	568	(568)	-
Francisco Sá 2 Energias Renováveis	700	(700)	-
Francisco Sá 5 Energias Renováveis	560	(560)	-

	1.828	(1.828)	-
	2022		
Controladas	A receber	Recebidos no exercício	Saldo
Francisco Sá 1 Energias Renováveis	1.466	(898)	568
Francisco Sá 2 Energias Renováveis	1.731	(1.031)	700
Francisco Sá 5 Energias Renováveis	1.487	(927)	560
	4.684	(2.856)	1.828

(ii) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar referente ao exercício de 2022:

	2022
Dividendos constituídos	
Dividendos mínimos obrigatórios	4.173
Dividendos adicionais constituídos	573
	4.746
 Dividendos pagos no exercício de 2022	 -
	 4.746

18 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 170.395 (R\$ 170.395 em 31 de dezembro de 2022), representado por 170.395.354 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Francisco Sá Solar Holding S.A., detentora de 100% das ações. No exercício de 2023, não houve aumento de capital (R\$15.000 em 2022).

	2023	2022
Destinação dos lucros:		
Lucro a ser destinado:		
(Prejuízo) líquido apurado no exercício	(21.147)	-
Compensação das reservas	12.825	-
Lucro do exercício (-) absorção dos prejuízos acumulados	-	17.571
Constituição da reserva legal - 5%	-	(879)
	(8.322)	16.692
 Destinação do lucro:		
Dividendos complementares		
Dividendos	-	4.173
Dividendos adicionais	-	573
Lucros a disposição da AGO	-	11.946
	-	16.692

19 Receitas operacionais

	Consolidado	
	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	37.004	41.351
Ressarcimento - Suprimento de energia elétrica	(1.883)	-
Energia de curto prazo	247	909
Receita operacional bruta	35.368	42.260
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.291)	(1.542)
Total de deduções da receita operacional	(1.291)	(1.542)
Doação	133	-
Receita operacional líquida	34.210	40.718

20 Custos e despesa por natureza

	Controladora					
	2023			2022		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	-	(27)	(27)	-	(27)	(27)
Outras	-	(15)	(15)	-	(38)	(38)
Total	-	(42)	(42)	-	(65)	(65)

	Consolidado					
	2023			2022		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(242)	-	(242)	(1.012)	-	(1.012)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(8.297)	-	(8.297)	(4.075)	-	(4.075)
Materiais	(108)	-	(108)	(4.075)	-	(4.075)
Serviços de terceiros	(3.793)	(1.695)	(5.488)	(936)	(414)	(1.350)
Depreciação	(14.623)	-	(14.623)	(10.675)	-	(10.675)
Amortização	(470)	-	(470)	(427)	-	(427)
Seguros	(1.236)	-	(1.236)	(583)	-	(583)
Outras	-	(571)	(571)	-	(164)	(164)
Total	(28.769)	(2.266)	(31.035)	(17.708)	(578)	(18.286)

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	174	-	1.904	1.043
Outros juros e variações monetárias	119	-	119	14
Receitas financeiras total	293	-	2.023	1.057
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(19.147)	(2.476)
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	(1.261)	(1.266)

AVP - Desmobilização	-	-	(347)	(83)
Comissão e fiança bancária	-	-	(3.310)	-
Outras despesas financeiras	(1)	318	(14)	316
Despesas financeiras total	(1)	318	(24.079)	(3.509)
Total resultado financeiro	292	318	(22.056)	(2.452)

22 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$2.267 (R\$994 em 31 de dezembro de 2022)

	31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Consolidado		
Lucro presumido		
Receita de operação	35.368	35.368
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.829	4.244
Demais receitas	2.023	2.023
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	1.491	776
Alíquota efetiva	3,99%	2,08%
	31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Consolidado		
Lucro presumido		
Receita de operação	42.260	42.260
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	3.381	5.071
Demais receitas	1.057	1.057
Alíquota nominal	25%	9%

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e suas controladas são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2023				31/12/2022			
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	
Controladora								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras de curto prazo	5	-	2.663	Nível 2	-	-	Nível 2	
Empréstimo a receber	8	-	4.719	Nível 2	-	-	Nível 2	
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e bancos	5	-	-	Nível 2	5.889	-	Nível 2	
	31/12/2023			31/12/2022				
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível	Outros passivos financeiros	Nível			
Controladora								
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Fornecedores	12	3	Nível 2	20	Nível 2			
Partes relacionadas	15	-	Nível 2	26	Nível 2			

	31/12/2023				31/12/2022			
Consolidado	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimo a receber	8	-	4.719	Nível 2	-	-	Nível 2	
Aplicações financeiras de curto prazo	5	-	9.472	Nível 2	-	4.617	Nível 2	
Caixa e bancos	5	5.969	-	Nível 2	8.579	-	Nível 2	
Clientes a receber	6	5.154	-	Nível 2	4.108	-	Nível 2	

	31/12/2023			31/12/2022		
Consolidado	Nota	Outros passivos financeiros	Nível	Outros passivos financeiros	Nível	
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	12	4.031	Nível 2	1.776	Nível 2	
Financiamentos (a)	13	285.313	Nível 2	271.044	Nível 2	
Partes relacionadas	15	3		-		

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2023			31/12/2022	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	3.204	3.204	5.889	5.889
Empréstimo a receber	8	4.719	4.719	-	-

	31/12/2023			31/12/2022	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Partes relacionadas	15	-	-	26	26

	31/12/2023			31/12/2022	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	15.441	15.441	13.196	13.196
Clientes a receber	6	5.154	5.154	4.108	4.108
Empréstimo a receber	8	4.719	4.719	-	-

	31/12/2022			31/12/2021	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Financiamentos (a)	13	285.313	285.313	271.044	271.044
Partes relacionadas	15	3	3	-	-

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir vencimentos de curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil e não foi incluído na tabela acima

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos, baseadas em premissas macroeconômicas obtidas pela área de controladoria da companhia.

Variações das taxas índices	31/12/2023	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices				
IPCA	4,62%	3,81%	4,76%	5,72%
CDI	13,04%	9,00%	11,25%	13,50%

Consolidado

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2023	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	285.313	10.870	13.588	16.306
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	16.858	1.517	1.897	2.276

(b) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(c) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Controladora	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2022						
Fornecedores	20	20	20	-	-	-

Controladora	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2023						
Fornecedores	3	3	3	-	-	-

Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2022						
Fornecedores	1.776	1.776	1.776	-	-	-
Arrendamento	13.259	41.199	1.373	1.373	4.119	34.334
Financiamentos	271.044	445.326	20.079	21.411	68.546	335.290

Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2023						
Fornecedores	4.031	4.031	4.031	-	-	-
Arrendamento	12.215	36.918	1.273	1.273	3.819	30.553
Financiamentos	285.313	265.691	6.573	8.225	28.931	221.962

24 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício (notas 10 e 12)	201	15.968
Provisão para descomissionamento (nota 16)	-	4.512
Capitalização de juros de financiamentos (nota 13)	-	18.787
	<u>201</u>	<u>39.267</u>

25 Contingências

Risco provável

Em 31 de dezembro de 2023, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Risco possível

Processo Administrativo – Aneel

Em dezembro de 2022 a Aneel impôs penalidade pelo atraso na implantação do empreendimento, no montante de (R\$ 747), supostamente, de acordo com o correspondente Edital. Em dezembro de 2022 a Companhia interpôs recurso administrativo. Em fevereiro de 2023, foi concedido efeito suspensivo ao recurso, de forma que a multa encontra-se suspensa até julgamento do recurso. Em junho de 2023, foi emitido um parecer favorável para redução das penalidades de R\$ 747 para R\$543 (R\$181 a cada SPV).